

VIGIAR E PUNIR: AS PICHAGÕES NA LUTA PELO CREPÚSCULO DO ESTADO DE EXCEÇÃO NO BRASIL

Thiago Nunes Soares¹

RESUMO: As pichações são escritas que refletem as tensões urbanas e são utilizadas como forma de os sujeitos manifestarem seus ideais sócio-político-culturais. Elas estabelecem um contínuo diálogo entre os sujeitos-autores, os sujeitos-leitores e a própria cidade, subvertendo as normas disciplinadoras do Estado. Os motivos de produção revelam as dificuldades de seus autores em expor as suas ideologias, em ser (re)conhecidos em suas individualidades, em exigir melhores condições de vida, assim como voltar os olhos da *urbe* para refletir sobre esse contexto. Essas inscrições são concebidas, neste trabalho, como relevantes fontes documentais, representativas dos sentidos da cidade, do cotidiano e do imaginário dos sujeitos que não se permitiram silenciar diante das práticas coercitivas da Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985) e lutaram pela redemocratização do país. Neste trabalho, essas escritas urbanas nos espaços públicos do Recife, no recorte temporal de 1979 a 1985, serão analisadas sob o ponto de vista sócio-histórico e discursivo. Como principais referenciais teórico-metodológicos serão tomadas como base a História Cultural e a Análise do Discurso.

PALAVRAS-CHAVE: pichações; cidade; Ditadura Civil Militar.

ABSTRACT: The graffiti is the writing that reflects the urban tensions. It is used as a way of revealing the individuals' social-political and cultural ideas. It establishes a continuous 'dialogue' among the authors, readers and the city, breaking the State discipline rules. The reason for the graffiti production shows the difficulties that their authors face to expose their ideology in order to be known or (recognized) in their individualities, claiming better living conditions. Those authors also try to catch the eyes of the 'urbe' trying to make it reflect upon their context. These writings are considered, in this work, as relevant documental sources, representing the senses of the city, its daily life and the individuals' imaginary that could not silence in the face of the coercive practice of the Military Civil Dictatorship in Brazil (1964-1985), fighting for the country redemocratization. In this work, those urban writings, which are found in the public areas of Recife from 1979 to 1985, will be studied in a social-historical and discursive view. Cultural History and the Discourse Analysis will be taken as the main theoretical and methodological references.

KEYWORDS: graffiti, city, Military Civil Dictatorship.

Tanta mentira, tanta força bruta (..)/Como é difícil acordar
calado/Se na calada da noite eu me dano/Quero lançar um grito
de sumano/Que é uma maneira de ser escutado/Esse silêncio
todo me atordoa/Atorreado eu permaneço atento.²

¹ Graduando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, bolsista do PIBIC/FACEPE/CNPq, membro (aluno-pesquisador) do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Linguagem (NIEL) e orientado pelas Professoras Dras. Valéria Severina Gomes e Mari Noeli Kiehl Iapechino. E-mail: thiagonsoares@hotmail.com

² Trechos da música, Cálice, composta e cantada por Chico Buarque de Holland

1. Introdução

As pichações são escritas que refletem os sentidos da cidade e, ao longo dos anos, têm sido consideradas, por boa parte da população, como um mero ato de vandalismo e de poluição visual. O presente trabalho tem por objetivo discorrer acerca da prática dessas inscrições e dos seus sujeitos-leitores, assim como investigar de que forma eram percebidos discursivamente e interagem com a sociedade recifense entre os anos de 1979 a 1985.

Para tanto, serão analisados os discursos e interdiscursos dessas escritas, bem como de que forma elas eram veiculadas pelos periódicos locais. De acordo com Michel Foucault (2004):

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade³.

Além disso, para Michel de Certeau (2002, p.66-67), o discurso está ligado a um lugar social, “um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”. Logo, as circunstâncias em que um sujeito vive influenciam o seu modo de discursar, pensar, agir. Como neste trabalho serão analisadas imagens, fontes portadoras de discursos e, como qualquer outro documento histórico, inseridas em um determinado contexto, torna-se fundamental conhecer alguns dos seus métodos de análise. De acordo com Paiva (2004, p.17), “a imagem não se esgota em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser aprendido, além daquilo que é, nela, dado a ler ou ver”. Daí a necessidade de identificá-la, indagá-la e a partir daí encontrar respostas, até mesmo as silenciadas, para então compreendê-la.

2. Contexto histórico

O cenário mundial era bipolar diante da Guerra Fria. A Revolução Cubana e a vitória vietnamita sob os estadunidenses seduzia e impulsionava a luta de jovens socialistas. O comunismo era a grande ameaça para o governo brasileiro, assim como para outros locais, a exemplo dos países do Cone Sul que estabeleceram um regime ditatorial:

³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 11ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 8-9.

Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.⁴

Nos Estados Unidos, no período de 1966 a 1971, imigrantes negros e porto-riquenhos picharam as suas *tags* (assinaturas em inglês), juntamente com os números de suas casas, nos trens e muros dos subúrbios da Filadélfia e da Pensilvânia e, posteriormente, de Nova York, chamando a atenção da população e da imprensa. Para eles, pichar era uma forma de subverter as normas de um Estado que não lhes garantia os direitos básicos de todo cidadão, por isso denunciavam o modo como (sobre)viviam, afirmavam as suas origens, exigiam ser reconhecidos em suas individualidades, ao contrário do que o capitalismo e a globalização apregoavam. (Almanaque de Graffiti, n.º 1, s/d. s/p.).

Já na França, o ano de 1968 é uma data marcante por pichações nos espaços públicos, por registrar a existência de tensas e contínuas greves no país, nas quais os trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho e aumento salarial. Os estudantes também criticavam os valores burgueses, exigindo melhores condições de vida e qualidade de ensino⁵.

Ao analisar o episódio de 31 de março de 1964, no Brasil, é defendida a ideia de implantação de um golpe civil militar. De acordo com Marcília Gama da Silva (2007, p.24), o estado de exceção instalado no país de 1964-1985 “foi articulado por forças civis e militares representadas por diversos segmentos da sociedade”; ou seja, políticos, professores, pequenos e grandes empresários, as oligarquias agrícolas, banqueiros, associações de classe e setores conservadores da igreja e da magistratura apoiaram os militares na tomada do governo.

No país, o governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985) é marcado pelo crepúsculo da Ditadura Civil Militar. De acordo com Thomas Skidmore (2004),

Em 1979 a palavra-chave na política brasileira era ‘negociação’, o equivalente lógico a *abertura* para aqueles que desejavam uma nação genuinamente pluralista. A tendência para a negociação, contudo, estendia-se além do cenário político⁶.

Apesar de o país passar por um processo de redemocratização, a coerção, a censura e a violência ainda imperam sob os corpos dos que se contrapunham ao Estado. Entretanto, a

⁴ D’ARAÚJO, Maria Celine; CASTRO, Celso (Orgs). **Democracia e forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV. 2000.

⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. **A Rebelião estudantil: 1968-México, França e Brasil**. Campinas: Mercado das Letras/UFSCAR, 1996.

⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castello a Tancredo**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004. p.413.

luta por melhores condições de vida continuava.

A experiência das greves de 1978 impulsionou Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e outros líderes sindicais a realizar uma greve operária no ABCD, em São Paulo, logo após a posse de João Batista Figueiredo, em março de 1979. Mesmo diante das fortes pressões populares, a política do governo contra as greves continuava repressiva. A economia brasileira passava por um momento difícil, enquanto uma importante força de resistência brasileira, a União Nacional dos Estudantes (UNE), conseguia se organizar no XXXI Congresso da UNE, em Salvador, em 1979.

Ainda no mesmo ano, durante o mês de agosto, a Lei de Anistia Política foi aprovada pelo Congresso. Vale lembrar que esse processo foi iniciado pelo presidente Ernesto Geisel, em dezembro de 1978, com a revogação dos atos de banimento. Assim, ao longo da História do Brasil, houve 47 anistias. Existiram algumas contradições na legislação, como a exclusão dos presos culpados por “atos terroristas” e de resistência armada ao governo e da brecha para a contemplação da lei para os torturadores. A aprovação dessa lei foi condição *sine qua non* para o país pôr fim ao regime autoritário e para que reintegrasse ao país um expressivo contingente de exilados.⁷

A luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita motivou intensas mobilizações sociais, mesmo diante da censura e da coerção do Estado. As pressões ao governo se davam por meio de protestos dos mais diversos tipos: jornais legais e ilegais, distribuição de panfletos, músicas, assim como a realização de passeatas e picnics nos espaços públicos. As pichações eram um excelente mecanismo de comunicação não institucionalizado, pois geralmente os locais escolhidos pelos autores eram de grande fluxo de sujeitos-leitores e as mensagens incutiam significativamente ideologias de apoio a diferentes causas.

As produções dessas escritas eram atividades cotidianas. A imagem a seguir é uma representação dessa realidade e simboliza questionamentos do período. É a luta pela anistia política e o apoio à greve de fome, provavelmente, dos presos da penitenciária de Itamaracá, que denunciavam prisões ilegais e reivindicavam melhores condições de vida.

⁷ Ibid. p. 423-424.

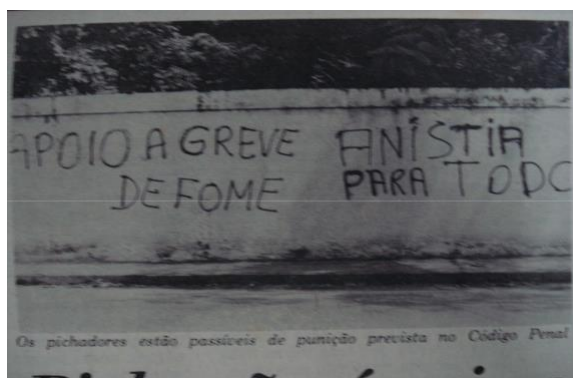


Figura 1⁸

Os discursos do periódico reforçam a ilegalidade de ssas inscrições devido à censura vigente e apontam para a necessidade de vigiar e punir os sujeitos-autores, legitimando-se nas legislações vigentes. Como uma forma de alertar os sujeitos-leitores acerca do erigo iminente de exporem o seu pensamento nos muros da cidade, mesmo que na maioria das vezes os pichadores não fossem descobertos, o jornal exemplifica o caso de uma estudante que foi apreendida. O proprietário do imóvel pichado é considerado o responsável pela manutenção de sua propriedade e tem a obrigação de comunicar a existência dessas escritas aos órgãos de repressão e informação existentes, para evitar a cobrança de multas. Essas exigências são formas de o Estado obter o controle dessas inscrições, na medida em que a informação é fundamental para apagar e pôr fim a essas escritas da cidade.

A pichação é crime de ação popular, definido no Código de Urbanismo e Obras (Lei 7427/61), passível de punição prevista no Código penal, por implicar na dilapidação do patrimônio de terceiros. Embora não sejam identificados, existem casos de julgamento, como o caso da estudante Maria Izabel Pontes, presa quando foi flagrada escrevendo em um muro, em 1980, ditos políticos que a levaram ao enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Segundo Paulo Araújo, diretor do Serviço de Censura Estética da Prefeitura do Recife, (setor afeto à URB), é muito importante que a comunidade preste queixa dos casos de pichação, principalmente os proprietários dos imóveis prejudicados que são considerados responsáveis pela manutenção dos escritos, estando sujeitos a multas, para cobrar das autoridades policiais diligências mais efetivas no sentido de conter a ação dos pichadores. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09/03/1982, p.10).

De acordo com Ronaldo Costa Couto (1998, p.279-283), além da aprovação da anistia política, outras reformas políticas continuaram sendo executadas sob o controle do estado. No final de 1979, extinguiu-se o bipartidarismo, chegando ao fim a Aliança

⁸ Jornal Diário de Pernambuco, 09/03/1982, p.10.

Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). As possibilidades de representatividade política aumentaram, restringindo-se, evidentemente, à criação de um partido comunista.

Como as eleições de 1980 foram adiadas para 1982, o eleitor poderia votar em todos os níveis, exceto para presidente. A disputa foi acirrada e a propaganda era um importante veículo político. A figura 2 ilustra como as pichações foram utilizadas nesse sentido, ao se fazer o *marketing* do candidato a vereador Edson de Oliveira. Com a utilização do slogan “PMDB neles”, fica claro que o autor tem um nível de consciência política, provavelmente um militante do partido ou alguém pago para realiza essas escritas. A Igreja da Madre de Deus, localizada no centro do Recife, local onde foi veiculada a mensagem, é um espaço de agregado valor histórico e intensa circulação de pessoas.



Figura 2⁹

A sociedade brasileira não se organizou apenas por meio dos pichadores, mas de diversas formas e por vários movimentos sociais: artistas, sindicatos, partidos políticos, estudantes. A Igreja Católica teve papel fundamental ao se confrontar com o Estado autoritário, exigindo principalmente respeito às liberdades políticas e aos direitos humanos.

⁹ Arquivo do IPHAN-PE, foto datada de julho de 1982 e pertencente ao Projeto Pró-Memória (1983).

A mobilização aumentara com a apresentação, em março de 1983, da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para a presidência da República. A campanha cresceu em janeiro de 1984. Um comício na Praça da Sé, em São Paulo, contou com a presença de aproximadamente 400 mil pessoas.

O governo logo tomou suas precauções e decretou estado de emergência em Brasília e reprimiu duramente as mobilizações. Na noite de 25 de abril, o sonho de se viver num país democrático foi adiado, devido às articulações das forças conservadoras do PDS. A escolha do presidente seria novamente indireta, desta vez com um candidato civil, o governador de Minas Gerais Tancredo Neves, tendo como vice o senador e ex-presidente do PDS José Sarney. Tancredo veio a falecer pouco tempo depois, em 21 de abril de 1985, sem ao menos assumir o cargo. Sarney assumiu interinamente o seu posto em 15 de março. É nesse contexto que o governo militar agoniza e chega ao seu crepúsculo, marcado por fortes manifestações que, entre outras vias, ocorriam por meio de pichações.

3. Normatização, discursos e territorialidade

No século XXI, apesar das conquistas da *Nova República*¹⁰, os sujeitos não possuem o necessário espaço para expressar as suas ideologias e encontram nos espaços públicos uma alternativa de superação para esse entrave, por meio de pichações.

A apropriação desses locais pelos pichadores tem sido motivo de tensos conflitos sociais, uma vez que eles subvertem a ordem simbólica desses locais. No período da Ditadura Civil Militar, essa prática foi combatida pela Lei de Segurança Nacional e pelo Código de Urbanismo e Obras (Lei nº 7427/61). Atualmente, segundo Penachin (2003, p.4), a Constituição Brasileira de 1988, por meio do artigo 65 da Lei 9.605/1998, considera os atos de pichar e grafitar ilegais no país, enquadrados como crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, com penalidades de três meses a um ano e multa.

Contudo, mesmo com essa legislação disciplinadora, o Estado não consegue impedir a realização dessas intervenções urbanas. Na prática, essa repressão acaba tendo o efeito contrário, instigando os sujeitos-autores a inscreverem as suas ideologias, movidos por uma combinação de sentimentos: medo, prazer, indignação, satisfação, conforme o depoimento abaixo do grafiteiro Zezão, em entrevista a Binho Ribeiro, da Revista Rap Brasil Especial Graffiti, nº 35.

¹⁰ SKIDOMORE, Thomas. **Brasil:** de Castello a Tancredo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004. p.491-595.

Fazer Graffiti é ter liberdade acima de tudo. É sair pra pintar meu lance onde quero, independente de ser autorizado ou não e sem compromisso algum com ninguém. Faço porque gosto da rua e da liberdade que sempre tive de pintar meus lances, onde eu sempre quis. Gosto muito do suporte urbano para interagir com o meu trabalho, sem limites e sem fronteiras. (...) Gosto de pintar, fotografar e ter o meu registro. Se durar um dia, um mês ou um ano, isso nunca vai me importar. (...) Eu, particularmente, acho muito legal hoje ver que a prefeitura anda apagando tudo, pois isso me motiva a pintar mais e mais.(GRAFFITI nº 35, 2006, s/p).

Segundo Foucault (2007a, p.143), a disciplina é um mecanismo normativo utilizado pelo Estado, com o intuito de moldar os sujeitos, vigiá-los e discipliná-los para que eles se tornem corpos dóceis: “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. Daí a percepção de que os grafites e as pichações são uma espécie de subversão da disciplina.

Essas escritas também podem ser produzidas com o intuito de conquistar e manter territórios. De acordo com Sack (a *pud* Valverde, 2004, p.121), “o conceito de território constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e, através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento dos outros”.

A figura 3 ilustra um mapa elaborado por um pichador para realizar as suas inscrições. O documento mostra como esse tipo de atividade era planejada, levando-se em consideração o potencial de visibilidade das escritas, o direcionamento das mensagens, assim como as possibilidades de locomoção do autor. A área que está circunscrita com uma seta apontada, devido à proximidade com uma parada de ônibus, resalta uma possível estratégia de fuga.

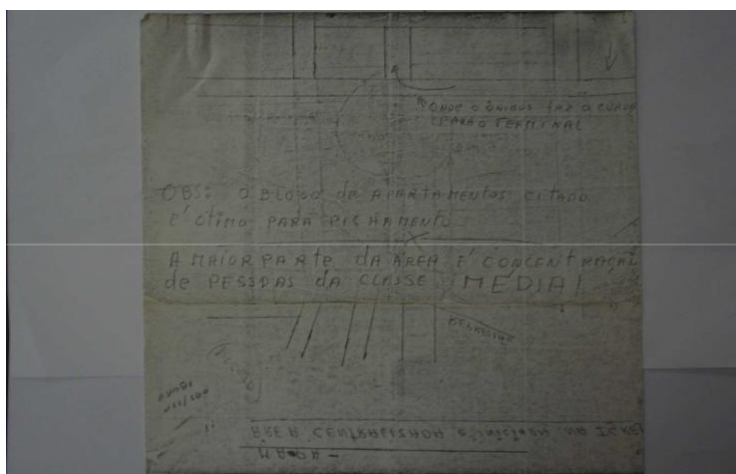


Figura 3¹¹

¹¹ Mapa elaborado para realização de pichações. Fonte : SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº.1306 -

A documentação apreendida pelo Departamento de Ord em Política Social de Pernambuco (DOPS-PE) era portadora de discursos incriminadores; geralmente os pichadores eram estigmatizados nos prontuários desse órgão de repressão, na mídia e na sociedade como comunistas, vândalos, subversivos, marginais. De acordo com Marcília Gama da Silva (2007) Através do uso da *informação*, recurso fundamental de monitoramento da sociedade, são identificadas as possíveis práticas de contestação/subversão, antecipando para os órgãos de segurança e informação os possíveis focos que precisam ser controlados. A informação produz e stereótipos de subversão, cria o perfil do ‘inimigo’, ajuda a identificá-lo, elabora controles, e atua, esquadrinhando os que se colocam contra o regime.¹²

Logo, os pichadores eram percebidos pelos órgãos de segurança e informação como um perigo iminente à ordem e à segurança do país. Como alternativa para buscar exterminar da sociedade essas escritas subversivas, o Estado procurou identificar os seus sujeitos-autores para vigiá-los e puni-los. Nesse sentido, a repressão é um instrumento fundamental nas práticas coercitivas do regime civil militar para controlar a oposição dos grupos de esquerda ou de quaisquer segmentos contrários ao governo militar. Segundo Michel Foucault (2007a, p.243), “A mínima desobediência é castigada e o melhor meio de evitar delitos graves é punir muito mais severamente as mais leves penas”.

As prisões eram locais de extrema violência e os métodos de tortura contra esses sujeitos eram contínuos. As apreensões tinham como principais objetivos legitimar a existência e a permanência do estado de exceção brasileiro por meio das suas práticas coercitivas, que buscavam estabelecer a ordem do país. Isso se dava por meio dos discursos que construía a imagem dos ditos delinquentes. Para Foucault (2007, p.132), “a prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinquentes servem para alguma coisa” .

4. Considerações finais

Como se pôde perceber, durante a Ditadura Civil Militar, as ruas eram um imenso espaço comunicativo utilizado para os pichadores exporem as suas idéias e denunciarem as repressões e a censura do governo. Ainda hoje, a opção por espaços públicos é um ato

¹² SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. 2007. 264 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. p. 46.

pensado, atendendo às necessidades do autor e contrariando as normas do Estado.

O processo de redemocratização do país foi lento, sangrento e ocorreu através de muitas lutas. Nessa vitória, os pichadores tiveram um importante papel. Os discursos dos órgãos de informação e repressão e dos periódicos construíram o perfil desses sujeitos de acordo com os seus respectivos interesses, considerando o contexto histórico vigente.

A abertura política se deu, apesar das pressões populares, de acordo com as necessidades do governo. A criação de um partido comunista foi proibida; houve aprovação da lei da anistia política, mas os crimes considerados “atos terroristas” e de resistência armada ao governo não foram perdoados; sem falar na imensa quantidade de desaparecidos políticos nesse período, cujos corpos até hoje as famílias não tiveram a oportunidade de ao menos enterrar. Até mesmo com as Diretas Já, não se conseguiu imediatamente escolher, pelo voto direto, o presidente do país.

5. Referências bibliográficas

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da Ditadura e da Abertura-Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celine; Castro, Celso (Orgs). **Democracia e forças armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. 11ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. 23ª ed. São Paulo: Graal, 2007.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento das prisões. 34ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007a.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A rebelião estudantil: 1968-México, França e Brasil**. Campinas: Mercado das Letras/UFSCAR, 1996.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). 2007. 264 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castello a Tancredo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.11

PENACHIN, Deborah Lopes. **Signos subversivos**: das significações do graffiti e pichação. XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG. 2003. Revista Almanaque de Graffiti, nº1. São Paulo: Escala. s/d.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **Transformações no conceito de território:** competição e mobilidade na cidade. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo. São Paulo, v.1, n15, p. 119-126, 2004.

Fontes pesquisadas

Revista Almanaque de Graffiti, nº1. São Paulo: Escala. s/d.

Revista Rap Brasil Especial Graffiti, nº 35. São Paulo: Escala. 2006.

Jornal Diário de Pernambuco - 09/03/1982.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº.1306 - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Arquivo do IPHAN-PE, Projeto Pró-Memória (1983).